



www.observatoriogeogoiias.com.br

Publicado originalmente em: XIV Encontro Nacional de Geógrafos. 16 a 21 de julho de 2006 – Rio Branco – AC. 2006

DESVENDANDO A “ARENA POLÍTICA”: OS LIMITES DO DISCURSO DA COMPETITIVIDADE DO EIXO DE DESENVOLVIMENTO GOIÂNIA- ANÁPOLIS-BRASÍLIA*

Professor Dr. Tadeu Alencar Arrais – IESA - UFG

tadeuarrais@ibest.com.br

Considerações Iniciais

O presente trabalho elabora um estudo sobre o Eixo de Desenvolvimento Goiânia-Anápolis-Brasília a partir de um conceito político de região. O estudo é resultado parcial de tese de doutoramento defendida na Universidade Federal Fluminense. A região aparece como “arena política”, conceito utilizado para ilustrar os conflitos presentes na produção do espaço regional. Parte-se do princípio de que a região, assim como a geografia regional, pode oferecer instrumentos analíticos capazes de nos fazer desvendar processos sociais territorializados no espaço regional. A região em foco abrange as áreas metropolitanas de Goiânia e Brasília, além de Anápolis, compreendendo uma área de aproximadamente 15.000 km², com população superior à 4,5 milhões de habitantes e peso socioeconômico ímpar no Centro-Norte brasileiro. A intenção que guiou a análise foi elucidar como foi o processo de produção econômico, normativo e discursivo do Eixo de Desenvolvimento Goiânia-Anápolis-Brasília. Para tanto, recorreremos ao estudo de sua formação regional, fato que nos levou a reconhecer, desde seus primórdios, a presença predominante em sua formação do Estado. O Eixo de Desenvolvimento Goiânia-Anápolis-Brasília reflete um novo momento de produção

* Trabalho é parte de tese de doutoramento defendida em maio de 2005 no Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Federal Fluminense – UFF – Niterói, sob orientação do professor Dr. Rogério Haesbaert.



www.observatoriogeogoiias.com.br

da região, ligando-a ao projeto da competitividade onde se busca imprimir a idéia de velocidade, ligada ao marketing regional, o que camufla, por outro lado, as falas não hegemônicas, deixando de lado a fragmentação dos ambientes metropolitanos de Goiânia e Brasília.

A Região Como “Arena Política”

A imagem mais comum da arena é aquela ligada à violência, à disputa mortal, em um ambiente relativamente coeso em sua forma oval ou em um semicírculo (a exemplo do Coliseu), como representado no filme *O Gladiador*, protagonizado por Russel Crowell. Nesse sentido haveria um paradoxo entre o termo arena, resumindo toda ordem de violência grotesca do espetáculo romano e o adjetivo político, uma vez que esse não denota, necessariamente, uma condição de violência, especialmente física. Arendt (2002), por exemplo, associa o termo política à liberdade. De qualquer forma a palavra arena, despojada dos aspectos ligados à alegoria da violência e do sadismo, parece atraente, na proporção em que ilustra um jogo de tensões entre atores sociais com poder diferenciado na cena política regional. Outro aspecto interessante refere-se à coesão. Como a região, a arena apresenta um certo grau de coesão espacial (o que restringe a mobilidade dos lutadores para seu interior) só possível pelo tipo de fenômeno que ali ocorre, diferenciando-a dos demais espaços.¹

O sentido da arena é o de um campo de forças, embates, circunscrito à uma determinada área que qualificamos de região. São as relações sociais assimétricas entre os atores sociais que delimitam a arena. Trata-se, em outros termos, de uma regionalização, de uma estratégia para manter e institucionalizar formas espaciais, como nos ensina Ribeiro (2004). Essa noção de regionalização nos aproxima do conceito de região tal qual tratado por Vainer (1996, p. 20):

Região não é um marca no espaço, ou uma forma neutra de agregar diferenças. Região é um padrão de reprodução da relação de dominação para dentro (da região) e para fora, ou, em outras palavras, uma forma de

¹ O conceito de arena política, associado à discussão sobre projeto regional, foi tratado com detalhe em ARRAIS (2005), com o propósito de afirmar a dimensão política do conceito de região. Muitos autores fazem referências a dimensão política do conceito de região, dentre os quais podemos destacar: Lacoste (1993), Castro (1992, 1994), Gomes (1995), Becker (1984), Oliveira (1977), Haesbaert (2002, 2003), Vainer (1999), Limonad (2004b)



www.observatoriogeogoiias.com.br

articulação dos grupos dominantes em nível regional e destes com os grupos dominantes em nível nacional.

Diríamos até que a região, como arena política, pode ser analisada como o campo legítimo de tensões, de forças, que são traduzidas em projetos diferentes que influenciam a produção do território e, por conseguinte, daqueles que o habitam. Influir no comportamento de outra pessoa ou grupo é impor sua territorialidade que e, como escreveu Sack (1986), um componente do poder.

A região, como arena política, passa a constituir-se em palco de diferentes territorialidades que podem resultar ou não, em relações de conflito, mas sempre com um nível de tensão, mesmo que latente. A latência desse nível de tensão pode levar a pensar que a produção regional seja estável. Na verdade essa estabilidade indica a manutenção de um equilíbrio nas relações hierárquicas dos atores sociais envolvidos na cena regional ou mesmo um projeto regional hegemônico que impede visibilidade de outras falas, de outros projetos.

Como palco, prenhe de relações sociais, a região reúne condições objetivas que despertam o interesse de diversos atores sociais que se projetam na região, daí sua vinculação direta com o conceito de projeto regional, que é, em outras palavras, a regionalização das relações políticas dos atores hegemônicos na região. As condições objetivas são dadas pelas particularidades da polarização, centralizando recursos e poder (RAFFESTIN, 1993). O palco pode ser, ao mesmo tempo, **onde** o conflito ocorre [os diversos atores sociais procuram, a partir de suas estratégias, imprimir suas marcas na paisagem da região de forma a demarcar um espaço, uma base de operação que lhe permita influenciar ou controlar a região] e **objeto** desse mesmo conflito [porque a territorialidade dos atores sociais procura *influenciar, dominar* ou mesmo *controlar* os recursos que singularizam a região: concentração de mão-de-obra, aproveitamento de algum recurso natural, interesse no potencial eleitoral, no mercado de consumo, nos incentivos fiscais concedidos pelos atores governamentais, etc.], isso porque o onde e o objeto são componentes inerentes à própria produção da região, como ilustraremos no exemplo do Eixo de Desenvolvimento Goiânia-Anápolis-Brasília.



www.observatoriogeogoias.com.br

O discurso sobre o Eixo de Desenvolvimento Goiânia-Anápolis-Brasília

Uma primeira questão que podemos formular refere-se ao recorte do “Eixo de Desenvolvimento Goiânia-Anápolis-Brasília”. Em linhas gerais ele contempla um conjunto de 39 municípios com características muito diversas, recobrando a Região Metropolitana de Goiânia, a Microrregião do Entorno de Brasília e o Distrito Federal, sob influência da rodovia BR 0-60, além de Anápolis e alguns municípios vizinhos. Dos 39 municípios, segundo dados do censo 2000, 13 tinham população abaixo de 10.000 habitantes; 11 acima de 50.000 habitantes, ficando o restante na faixa de 10.000 a 40.000 habitantes. Goiânia, Anápolis e Brasília concentram mais de 70% da população, além da maior densidade demográfica, os maiores índices de urbanização e mais de 90% do seu PIB, em 2000 (GOIÁS, 2003c; GDF, 2004). Isso significa que Santo Antonio de Goiás ou Vila Boa, com 3.106 e 3.287 habitantes e 0,04% e 0,05% de participação no PIB goiano, em 2000, absorvem esse discurso de forma distinta de Goiânia, de Anápolis e de Brasília, mesmo porque as atenções desse projeto não estão voltadas para todos os municípios, apenas para os núcleos.²

Do ponto de vista **teórico** há poucos trabalhos sobre o “Eixo de Desenvolvimento Goiânia-Anápolis-Brasília”. O que existem são artigos de opinião publicados em revistas e jornais e diagnósticos prévios no âmbito das Secretarias de Governo, com destaque para o material publicado na Revista *Economia & Desenvolvimento*, da Secretaria Estadual de Planejamento e Desenvolvimento de Goiás. Um dos marcos desse discurso, que favoreceu sua inserção na mídia goiana e brasiliense, foi a realização do “Seminário do Eixo De Desenvolvimento Goiânia-Anápolis-Brasília”, em Goiânia no dia 26 de novembro de 2002, com a participação de representantes dos Governos de Goiás, do Distrito Federal, além de diversos governos municipais e representantes da iniciativa privada, por meio de representações de classe. Desse Seminário resultou a chamada “*Carta dos Prefeitos dos Municípios que Integram o Eixo de Desenvolvimento Goiânia-Anápolis-Brasília*”³

² Em ARRAIS (2005) verticalizamos a reflexão sobre o “Eixo de Desenvolvimento Goiânia-Anápolis-Brasília” como um componente da produção contemporânea da região Centro-Goiano, uma região polinucleada, multifuncional e fragmentada.

³ A imprensa escrita, tanto no Distrito Federal quanto em Goiás, tem tido papel fundamental na divulgação e popularização da idéia de “Eixo de Desenvolvimento Goiânia-Anápolis-Brasília”.



www.observatoriogeogoiias.com.br

O discurso sobre o “Eixo de Desenvolvimento Goiânia-Anápolis-Brasília” tem dois pontos de partida: Goiânia, sob o comando do Governo do Estado de Goiás e Brasília sob o comando do GDF (Governo do Distrito Federal). Os demais municípios, exceção feita à Anápolis, são coadjuvantes, ou melhor, figurantes, estão nas bordas, servem, quando muito, para aumentar as estatísticas populacionais sobre o potencial de consumo e área e para dar idéia de um “eixo” regionalizado, forjando o consenso em torno da integração econômica. Para se ter uma idéia a fragilidade desse discurso, basta dizer que Goiás e Distrito Federal, juntos, em 2000, representavam pouco mais de 4% do PIB brasileiro (GOIÁS, 2003; GDF, 2004). Quando pensamos no valor da produção industrial, de maneira geral, as economias do Centro-Norte ainda estão muito distantes do Centro-Sul. De acordo com dados da Pesquisa Anual da Indústria, em 2001, a região Sudeste foi responsável por 64,49% do valor de transformação industrial no Brasil. São Paulo, sozinho, respondeu por 43,93%. Goiás ficou com 1,2% e Brasília com 0,2%. Como podemos perceber o grosso da transformação industrial ainda se encontra longe do Centro-Norte brasileiro, muito embora o discurso institucional aponte-o como terceiro maior mercado do país.

Continuando na análise da cartografia do “Eixo de Desenvolvimento Goiânia-Anápolis-Brasília”, percebemos uma certa divisão nas atribuições de cada núcleo. No município de Goiânia o destaque é dado para o setor de serviços (saúde, educação e pesquisa, comunicação, etc) com maior participação no PIB, estando em segundo lugar a indústria e em terceiro, com menos de 1%, o setor agropecuário. Em Aparecida de Goiânia o setor industrial vem crescendo, muito embora o setor de serviços ainda tenha tido, em 2000, maior peso no PIB municipal. Com Trindade acontece o mesmo, apesar de o município vir diversificando sua economia. Na extremidade leste do eixo, contendo o maior número de municípios, excluindo os destaques para o turismo (rural, histórico e ecológico) e industrial ligada a bebidas e alimentação, além da agricultura em Luziânia, Cristalina e Planaltina de Goiás. Mas é Brasília que chama a atenção, uma vez que é pólo regional de ensino, pesquisa e serviços, fato favorecido pela condição de centro de gestão administrativa.

No caso de Anápolis, com área de influência menor que Goiânia e Brasília, a funcionalidade é dirigida para as características logísticas do município, o que foi favorecido



www.observatoriogeogoiias.com.br

pela presença do parque industrial, com destaque para pólo farmoquímico. Enfim, no “Eixo de Desenvolvimento Goiânia-Anápolis-Brasília”, considerando a composição do PIB, existe um peso majoritário no setor de serviços, o que tem relação com a economia de aglomeração, com os pólos criados em torno de duas cidades administrativas e com a distância dos centros de produção agropecuária, mais no sul do Estado de Goiás.

A afirmação de diferentes vocações (funcionalidades) fica claro quando observamos alguns projetos pontuais lançados para cada município. Todos têm como base discursiva sua presença ou mesmo complemento do “Eixo de Desenvolvimento Goiânia-Anápolis-Brasília”. Na verdade há uma simbiose, preparada propositalmente e a cada anúncio de projeto fica mais claro a estratégia de relacioná-los ao “Eixo De Desenvolvimento Goiânia-Anápolis-Brasília”. Dentre os projetos pontuais, que envolvem oportunidades de investimento, podemos citar o Teleporto Serrinha, O Trem Veloz GO-BR e a Plataforma Logística de Goiás.

O caso do Teleporto Serrinha, em Goiânia, é emblemático. A edição nº 5 (outubro/dezembro 2000) da revista Economia & Desenvolvimento traz na capa a seguinte chamada: “*Teleporto transformará Goiânia em cidade global*”.⁴ A idéia chave do Teleporto é reunir, em um só espaço, infra-estrutura de comunicação rápida que permita sua utilização para diversos fins que podem ir de uma vídeo conferência até o acompanhamento das variações do agronegócio nas bolsas de valores, favorecendo integração vertical àquelas empresas instaladas nesse espaço, reforçando a integração vertical do “eixo”. O exagero, como bem sabemos, está na crença de essa infra-estrutura colocar Goiânia no rol das cidades globais, especialmente quando analisamos os parâmetros assinalados por SASSEN (1998). A economia dessas cidades está muito distante de outros centros do Brasil, para não dizer outros países. De qualquer forma, essa infra-estrutura de comunicação rápida, tão necessário à economia veloz do nosso tempo, responde à um investimento muito alto por parte do Estado, fato que será contornado pela presença da iniciativa privada, segundo as expectativas nem sempre realistas do Governo

⁴ O Governo do Estado de Goiás enviou para a Assembléia Legislativa projeto para a criação de duas estatais: uma para coordenar os trabalhos da Plataforma Logística de Anápolis e outra para o Teleporto de Goiânia, ambas as estatais também tem o fito de atrair investimentos estrangeiros. A SEPLAN (GOIAS, 2002) vem desenvolvendo estudos sistemáticos sobre a Plataforma Logística de Anápolis, que prevê a integração multimodal de transporte, aproveitando as características locais da cidade.



www.observatoriogeogoiias.com.br

do Estado de Goiás, que dará como contrapartida para a iniciativa privada os já tradicionais incentivos fiscais.

O Trem Veloz Goiânia-Brasília é um projeto mais arrojado que o Teleporto Serrinha, porque envolve mais recursos e também um maior esforço de articulação do Governo de Goiás e do GDF(Governo do Distrito Federal), além, é claro, da polêmica que encerra a proposta, tanto política quanto técnica, que vem rendendo ironias para o popularmente já conhecido “Expresso Pequi”. Difícil pensar na viabilidade concreta do projeto. Mesmo com um tráfego considerável entre Goiânia-Anápolis-Brasília, a demanda ainda parece pequena para atrair a iniciativa privada, um dos motivos para que o investimento em propaganda e popularização seja alto. De qualquer forma, a proposta baliza a coesão funcional da região, via investimento em infra-estrutura que facilita a mobilidade entre os principais núcleos da região. Sua integração, desse modo, se daria a partir dos núcleos principais, como Goiânia, Anápolis e Brasília, o que reforçaria, por outro lado, a fragmentação.

Em relação a Plataforma Logística Multimodal de Anápolis, sob o pondo de vista de sua inserção no “Eixo de Desenvolvimento Goiânia-Anápolis-Brasília”, cabe a este projeto assumir o papel da logística moderna. O elemento chave do discurso é, justamente, procurar atender os novos padrões de produção e consumo, integrando áreas à economia internacional. Para tanto, reconhece-se a importância do conceito de logística para o sucesso dessas plataformas. A afirmação da função logística foi a forma encontrada para inserir Anápolis no “Eixo de Desenvolvimento Goiânia-Anápolis-Brasília”, uma vez que este município encontra-se como um “nó” entre Goiânia e Brasília. Interessante que, mesmo no discurso competitivo, o vetor informacional está relacionado à Anápolis apenas no que se refere à logística, ficando as funções de comunicação mais modernas em Goiânia. É como se Anápolis tivesse um destino manifesto, o que justifica o recurso à história para lembrar seu importante papel no “Mato Grosso de Goiano” como entreposto comercial.

Destacamos alguns elementos que sustentam o discurso do “Eixo de Desenvolvimento Goiânia-Anapolis-Brasilia”. A compreensão desses elementos, de forma isolada, não é capaz de desvendar os processos sociais e o papel diferencial dos atores sociais na região. Por isso que entendemos a cartografia do “Eixo de Desenvolvimento Goiâna-Anápolis-Brasília” como uma



www.observatoriogeogoiias.com.br

regionalização, uma forma de atribuir valor ao espaço, na medida em que seleciona as características espaciais que serão divulgadas para a sociedade através de uma campanha regular na mídia regional. Não por acaso esse discurso imprime nessa região uma noção de modernidade associada diretamente à velocidade, o que dificulta a percepção dos problemas regionais.

Considerações Finais

Todos os projetos citados têm em comum, além de sua repercussão para todo um espaço regional chamado Centro-Goiano, um discurso que vê a integração aos mercados nacionais e internacionais o pressuposto de competitividade e desenvolvimento. Na verdade é um discurso da integração que parte, especialmente dos atores governamentais e que não enxerga a fragmentação como um problema, por isso as questões sociais e ambientais não merecem atenção. Dentre as implicações negativas desse discurso para o espaço regional, podemos destacar:

- A divulgação de uma imagem ideológica pautada na integração da região aos circuitos nacionais e internacionais, conduzida, especialmente, pelos atores hegemônicos que procuram falar pela região;
- Negação da fragmentação regional, na medida em que o discurso encobre os sérios problemas sociais, como aqueles do Entorno de Brasília e da Região Metropolitana de Goiânia;

Uma interrogação que podemos colocar diante do exposto é se o projeto do “Eixo de Desenvolvimento Goiânia-Anápolis-Brasília” poderá colaborar, da forma com vem sendo apresentado, para a promoção do desenvolvimento social do Centro-Goiano. Acreditamos que não. Isso porque partiu do princípio de cartografar um espaço com força e peso econômico singular no Centro-Norte brasileiro, com integração, mas sem pensar no desenvolvimento social e ambiental, dando pouca atenção à fragmentação. É como se o “eixo” fosse, já, uma “região ganhadora”. Mas o que é uma “região ganhadora?”. É Benko & Lipíetz (1994b, p. 5) que respondem essa interrogação:



www.observatoriogeogoiias.com.br

De resto, o que é uma 'região ganhadora'? Uma região que se afirma (do ponto de vista dos empregos, das riquezas, da arte de viver) pela sua própria atividade, ou uma região que vive à custa das que perderam, até mesmo de uma parte dos seus próprios habitantes? Será a hierarquia das regiões a constatação de um êxito desigual (porventura provisório), ou a causa das vantagens de que desfrutam as primeiras, que seriam, então os centros de uma periferia?

Uma região ganhadora, sempre, traduz um determinado projeto regional. Um projeto ganhador, que no caso que nos ocupamos vem se espacializando a partir da ação de determinados atores sociais, sob a película da modernidade e da velocidade. Quando assinalamos a importância da dimensão política do conceito de região, especialmente associado a noção de arena política, estamos falando em relações de poder, de gestão, de controle de um determinado espaço social que recobre o assim chamado "Eixo de Desenvolvimento Goiânia-Anápolis-Brasília". A consideração da região como arena política nos ensina que a produção de uma região tem dimensões materiais, normativas e discursivas. O discurso da competitividade, associado ao planejamento estratégico (LIMONAD, 2004), no caso do "Eixo de Desenvolvimento Goiânia-Anápolis-Brasília", responde à essas dimensões. A qualificação do espaço regional é, também, a qualificação dos sujeitos que habitam esse espaço regional. São relações políticas espacializadas em projetos regionais específicos, respondendo às demandas de atores com interesse regional. Um dos méritos da noção de arena política é lembrar que a produção de uma região tem relação direta com os interesses dos atores sociais que procuram afirmar sua hegemonia no espaço regional.

Bibliografia

ARENDDT, Hannah. *O que é política?* 3ª ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

ARRAIS, T. Alencar. A região como arena política – um estudo sobre a produção da região urbana centro-goiano. *Tese de Doutorado*. Universidade Federal Fluminense. UFF. Rio de Janeiro, Niterói, 2005.



www.observatoriogeogoias.com.br

BECKER, B. A crise do Estado-Nação e a região: a estratégia da descentralização em questão. In.: *Ordenação do território: uma questão política?* Rio de Janeiro: UFRJ, 1984.

BECKER, Bertha. *Geopolítica da Amazônia - a nova fronteira de recursos*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

BENKO, Georges & LIPIETZ, Alain (org.). O novo debate regional - posições em confronto. In.: BENKO, Georges & LIPIETZ, Alain (org.). *As regiões ganhadoras, distritos e redes - os novos paradigmas da geografia econômica*. Lisboa: Celta / Oeiras, 1994.

CASTRO, Iná Elias de. 1986. *Estado e região – considerações sobre o regionalismo*. Anuário do Instituto de Geociências. Rio de Janeiro, 1986.

GDF. *Anuário Estatístico do DF*. Brasília: GDF / DEDUH, 2004.

GOIÁS. .Revista Economia & Desenvolvimento. Teleporto transformará Goiânia em cidade global. Goiânia: Ano II, nº 5, outubro/dezembro de 2000.

GOIÁS. *Anuário Estatístico do Estado de Goiás - 2003*. Goiânia: SEPLAN, 2003c.

GOIÁS. Plataforma logística multimodal de Anápolis. *Estudos da SEPLAN*. Goiânia: 2002b.

GOMES, Paulo César da Costa. O conceito de região e sua discussão. In.: CASTRO, Iná Elias; CORRÊA, Roberto Lobato & GOMES, Paulo César da Costa. *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

HAESBAERT, Rogério. Região, diversidade territorial e globalização. In.: *GEOGRAPHIA*, ano1, nº1, 1999.

IBGE. *Censo Demográfico 2000*. Rio de Janeiro: IBGE, 2001.

IBGE. *Pesquisa industrial 2001*. Rio de Janeiro, V. 20, nº1, 2001b.

LACOSTE, Yves. *A geografia, isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*. 3ª ed., São Paulo: Papirus, 1993.

LIMONAD, Éster.. Desarrollo local, la cuestión regional, las nuevas tecnologías, algunos puntos para reflexión. *V Colóquio sobre Transformaciones Territoriales*. Nuevas Visiones En El Inicio Del Siglo XXI. Argentina: Universidad de la Plata, 2004.

_____. Brasil século XXI, regionalizar para que? Para quem? In.: _____ & HAESBAERT, R. & MOREIRA, Ruy. (Org.). *Brasil século XXI - por uma nova regionalização?* Agentes, processos e escalas. São Paulo: Max Limonad, 2004.



www.observatoriogeogoiias.com.br

OLIVEIRA, Francisco de. *Elegia para uma re(li)gião*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

RIBEIRO, Ana Clara. Regionalização: fato e ferramenta. In.: LIMONAD, Ester; HAESBAERT, R. & MOREIRA, Ruy. (Org.). *Brasil século XXI – por uma nova regionalização? Agentes, processos e escalas*. São Paulo: Max Limonad, 2004.

SACK, Robert. *Human territoriality*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SASSEN, Saskia. *As cidades na economia mundial*. São Paulo: Nobel, 1998.

VAINER, Carlos Bernardo. Interdisciplinaridade e estudos regionais. In.: MELO, Jayro Gonçalves. *Região, Cidade e Poder*. Presidente Prudente: S.P.: GAsPERR, 1996.